

DOSSIÊ
RACISMO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Introdução: a história social e o racismo

Silvia Hunold Lara*

O tema que preside o dossiê desta nova edição da *Revista História Social* pode parecer corriqueiro para muitos, mas não é. Durante muito tempo, o racismo foi um objeto das ciências sociais e, sob a rubrica das “relações raciais” ou da “questão negra”, diversos estudos sobre o assunto foram realizados pela antropologia e pela sociologia. Os historiadores ficaram relativamente de fora do debate, salvo por algumas incursões na área da história intelectual e das ideias. Talvez o fato possa ser explicado pela intensa politização do tema, geralmente relacionado à necessidade de se responder questões candentes sobre as características da sociedade brasileira ou de relacionar a natureza das relações sociais no Brasil ao desenvolvimento do país. Enquanto os historiadores preocupavam-se mais com o processo de formação dessa sociedade, os estudiosos de outras áreas lidavam com temas candentes e aparentemente mais próximos dos dilemas sociais.

De um modo ou de outro, no entanto, sociólogos e antropólogos recorreram à história para lastrear suas interpretações. Gilberto Freyre, por exemplo, criticou as análises racistas que dominavam a cena política nas décadas iniciais do século XX, mostrando que a “predisposição do português para a miscigenação” e para a “colonização híbrida e escravocrata nos trópicos” havia levado o Brasil a relações raciais menos tensas e a valorizar o mestiço, figura-chave na formação da identidade nacional. Tais ideias, inovadoras nos anos 1930, logo se desdobraram na famosa tese da democracia racial brasileira e fizeram fortuna, lastreando-se sempre numa visão positiva do processo colonizador nessa parte da América. Seus críticos, especialmente aqueles que escreveram na década de 1960, como Florestan Fernandes, deslocaram a avaliação do fenômeno da colonização para as relações de poder inerentes

* Professora Titular, Departamento de História, UNICAMP.

à escravidão: invertendo as conclusões de Freyre, atribuíram à dominação e à exploração escravistas as condicionantes que haviam alijado os negros do mercado de trabalho, impedindo-os de se integrarem à sociedade de classes.

A última posição prevaleceu, e o racismo acabou sendo frequentemente explicado como um “legado da escravidão”: uma herança do passado colonial que sobreviveu por quase todo o século XIX, deixando marcas profundas na sociedade brasileira, como um pecado de origem. Essa visão da história contém pelo menos dois elementos distantes da perspectiva dos artigos que compõem o dossiê “Racismo: história e historiografia”. De um lado, toma a escravidão como um fato único, constituído de características específicas, sem que na sua constituição estejam presentes lutas, tensões e conflitos, sem que haja mudanças em suas características ao longo do tempo. De outro, o próprio racismo perde historicidade: ao se tornar um fato *decorrente* da escravidão, ganha certa naturalidade, constituindo-se como uma prática a ser denunciada, mas que está sempre remetida a outro tempo – uma incômoda permanência do passado.

Diferentemente, os artigos deste dossiê analisam questões específicas, em busca da compreensão dos embates entre os diversos sujeitos históricos e do modo como eles entendiam as circunstâncias nas quais estavam vivendo. A abordagem, característica da história social, faz com que, para compreensão da história do racismo, seja necessário repensar as relações entre escravidão e liberdade. Três textos ocupam-se desse tema, com contribuições importantes.

Ao abordar a experiência dos libertos ao longo do século XIX, Sidney Chalhoub mostra a dificuldade que senhores de escravos, políticos e autoridades policiais tinham em lidar com a liberdade daqueles que conseguiam a alforria. Se o Brasil possuía maiores taxas de alforria que outras nações escravistas, isso não significou uma distensão nas relações sociais; ao contrário. Na conjuntura da abolição do tráfico atlântico de escravos, o contingente de libertos vivia sob a ameaça da revogação da alforria, da reescravização e da escravização ilegal – práticas que se associavam a diversas

restrições dos direitos de cidadania para esses homens e mulheres que haviam conseguido escapar da escravidão. Tais tensões cresceram ainda mais no momento da Abolição e logo depois dela. Walter Fraga e Wlamyra Albuquerque examinam esse período, mostrando como até mesmo as festas em torno da libertação dos escravos estavam repletas de preocupações e disputas a respeito dos destinos dos ex-escravos e como, nesse ambiente de mudanças e incertezas, a ideia de “raça” foi ganhando cada vez mais espaço.

Assim, mais que a escravidão ou a exploração escravista, era a liberdade, durante a vigência da escravidão e depois da abolição, que provocava tensões: as conquistas dos ex-escravos e suas reivindicações colocavam em causa as políticas tradicionais do domínio senhorial. Como se vê, há aqui uma nova maneira de se abordar a história da escravidão. Ao mesmo tempo, e por decorrência, o racismo deixa de ser um conjunto de ideias ou um “fato”, que pode ser linearmente explicado, para enraizar-se no terreno das relações conflituosas entre sujeitos historicamente situados, mudando ao longo do tempo. Deixa, portanto, de ser algo que ocorre *depois* da escravidão, ou está mecanicamente associado ao processo da abolição, para ser um processo inerente às tensões entre escravidão e liberdade.

O dossiê é composto ainda por três outros artigos, que exploram dimensões das abordagens mais recentes da história do racismo e seus desdobramentos. Petrônio Domingues ataca outro aspecto da “naturalização” do racismo – o que pressupõe que os negros são um grupo homogêneo, naturalmente irmanado, sem dissensos internos. Ao examinar as associações afro-paulistas de Rio Claro que lutavam contra o preconceito e a discriminação num contexto em que as políticas públicas fundavam-se no racismo científico, o texto nos mostra como o enfrentamento do racismo nem sempre se fez de um mesmo modo, com os mesmos objetivos. O texto de Jerry Dávila aborda um tema diametralmente diverso, ao analisar a inflexão do pensamento de Gilberto Freyre, quando foi chamado a se pronunciar sobre o apartheid sul-africano na década de 1950. A análise de um relatório produzido por Freyre e do modo como foi lido e avaliado naquele contexto internacional

permite mostrar nuances na formulação das teses que se recusam a reconhecer a existência do racismo no Brasil. Por fim, mas não em último lugar, Robert Slenes atualiza o tema, ao mostrar o quanto a incorporação dos estudos africanistas é capaz de proporcionar uma alteração nos paradigmas tradicionais dos estudos na área das ciências humanas e sociais.

Esses três textos tratam de facetas diversas dos movimentos sociais ligados ao racismo. O exame mais cuidadoso das modalidades de luta contra a discriminação em contextos específicos é tão importante quanto a análise cuidadosa do modo como se desenvolveram as ideias que defendem a existência de uma harmonia racial no Brasil: é só por meio de estudos circunstanciados que conseguiremos entender como pensamentos, valores e projetos ganharam corpo e mobilizaram pessoas ao longo do tempo. É essa disposição de esmiuçar o tema em seus diferentes matizes, à procura dos pilares capazes de fundar diferentes propostas para a conformação das relações sociais no Brasil, que renova o estudo do tema e pode levar, também, a redimensionar o modo como compreendemos o quadro de disciplinas que compõe a área das ciências humanas.

A leitura de todos esses textos mostra o quanto é preciso desnaturalizar o racismo e as noções que muitas vezes têm servido para sua análise. A abordagem da história social, ao levar em conta os interesses em confronto e procurar examinar os sujeitos em seus contextos específicos, indica um novo caminho para o entendimento do tema, e propõe uma nova maneira de conceber a relação entre as várias áreas das ciências humanas. Como se pode ver, um tema instigante, tratado de forma bem pouco corriqueira. Aqui, a história não é um baú no qual se escondem explicações simplistas para as mazelas da sociedade brasileira, mas a matéria mesma que a constitui: por isso, o estudo de um tema como o do racismo é sempre uma atitude política – no passado, e no presente.